



DISTRITO FEDERAL

CLDF realizou sessão solene em comemoração ao Dia do Vigilante, nesta segunda (20)

De iniciativa do deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), a atividade foi transmitida pelas páginas do Facebook e Youtube do parlamentar



Mais de 1 milhão de trabalhadoras e trabalhadores atuam como vigilantes em empresas públicas, eventos privados, no transporte de valores, escolta pessoal, segurança patrimonial e outros espaços.

Muitas vezes exposta aos mais diversos riscos, a categoria, padece com baixos salários, falta de vínculo empregatício, acidentes laborais, entre outros desafios.

Refletindo sobre a luta dos profissionais e homenageá-los, a Câmara Legislativa do DF, realizou sessão solene nesta segunda-feira (20) - data em que comemora-se o Dia do Vigilante e marca a regulamentação da categoria. De iniciativa do deputado distrital Chico Vigilante (PT-DF), a atividade aconteceu a partir das 19h e foi transmitida pelas páginas do Facebook e Youtube do parlamentar

“Os vigilantes são profissionais fundamentais para a vida da população e realizam suas atividades de forma abnegada em todos os lugares: desde terminais rodoviários, a aeroportos, hospitais, bancos, ministérios, fazendo transporte de valores, no transporte aquaviário e no transporte aéreo, entre vários outros. Tiveram, inclusive, significativa atuação durante a pandemia da Covid-19, na linha de frente dos hospitais e postos de saúde no combate à doença”, afirmou o Chico.

O deputado ainda chamou a atenção da categoria para refletir sobre a data e sobre as lutas pela conquista de direitos. “Somos uma categoria forte, que ainda tem muito pelo que lutar, como a restituição da nossa aposentadoria especial e o resgate de garantias que perdemos na reforma trabalhista nefasta de Temer e na reforma previdenciária cruel de Bolsonaro. O dia foi de comemoração, mas também reflexão sobre as mobilizações que precisamos travar pela conquista de todos os nossos direitos”, ressaltou.



Paulo Quadros

Presente a Sessão estava o Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal e Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, Paulo Quadros, que relembrou as conquistas da categoria desde a sua criação, como o risco de vida, reblindagem de carro-forte, conquista do colete à prova de balas. “Foram muitas conquistas nestes anos, mas a precisamos nos unir mais ainda para conseguirmos manter nossas conquistas e avançarmos muito mais”. Afirmou Paulo Quadros.

Fonte: CNTV

ELEIÇÃO SINDICAL:

VIGILANTE DECIDIRÁ O DESTINO DO SINDICATO, SEU INSTRUMENTO DE LUTA E DEFESA DAS SUAS CONQUISTAS



ATENÇÃO

Começou no dia 20 de junho o prazo de 10 dias para inscrição de chapas para concorrer as eleições para compor a Direção do Sindvigilantes para os próximos 3 anos.

A eleição acontecerá nos dias 27, 28 e 29 de julho na capital e interior e votam os Vigilantes sindicalizados.

Qualquer Vigilante Sindicalizado, que atenda aos requisitos do Estatuto pode concorrer.

Para informações e atendimento sobre as eleições a Secretaria do Sindicato funcionará nos dias úteis das 08 às 12h e das 13 às 17h.

A escolha da Direção Sindical é da maior responsabilidade para todo Vigilante sindicalizado, pois são as lideranças eleitas que zelarão pelos próximos anos de manter tudo que a categoria já conquistou (Piso salarial, jornada 12/36 e jornada 8h48 de segunda a

sexta, reciclagem em dias úteis, Adicional de Boa Permanência, Adicional de Periculosidade, Anticalote, Plano de Saúde, Ticket Refeição, Dia do Vigilante, Adiantamento do 13º em junho e as quase 100 cláusulas da CCT e as conquistas da lei).

Também cabe a categoria se prefere um Sindicato “cordato”, “amiguinho de patrão”, “medroso e covarde” ou um Sindicato de “luta, destemido, sempre presente, de caráter e dignidade”.

Tudo isto faz diferença.

Tudo isto é o que vai estar em jogo.

Participe e ajude a eleger o melhor para lhe defender.

Fonte: SINDVIGILANTES/BA



EDIÇÃO ESPECIAL

A VOZ
do SindForte



UNI
global
union



Natal/RN 21 de junho de 2022

Informativo de responsabilidade do Sindforte-RN

Ano XII N. 13

O Sindicato Estadual Dos Trabalhadores Vigilantes Em Transporte De Valores, Carro Forte, Escolta Armada, Carro Leve E Trabalhadores Do Caixa Forte E Tesouraria Bancaria Do RN – Sindforte

SINDFORTE-RN, EM REUNIÃO COM DEPUTADOS EM PAUTA, DEFESA DE DIREITOS DA CATEGORIA.



O Sindforte-RN na noite desta segunda-feira **20/06** data comemorativa do dia nacional do **VIGILANTE**, esteve com a sua diretoria na sede da entidade para buscar apoio político com os ilustres convidados o Exmo. Sr. Deputado Estadual Hermano Moraes e o Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Motta, o bate-papo iniciou com a diretoria do Sindforte-RN em ocasião o Diretor Alexandre Lima informando a maneira que trabalhamos e lutamos em defesa da classe trabalhadora da base do Sindforte-RN e o quão é importante o apoio político em projetos que tragam benefícios aos trabalhadores aproveitando a presença do Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Motta informamos que a entidade em conjunto com a CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes) tínhamos um projeto que beneficiaria toda a classe trabalhadora de vigilantes a nível de Brasil que era a CECASP comissão Tripartite: Governo, Patrão e Sindicato que através de estudos trariam

benefícios a categoria dos VIGILANTES DO BRASIL, que com o atual governo foi encerrada, após a apresentação do Sindforte-RN o Exmo. Sr. Deputado Estadual Hermano Moraes falou sobre sua trajetória de vida e de como foi a sua entrada na política e falou dos seus projetos futuros em benefício do Rio Grande do Norte, e logo em seguida o Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Motta iniciou sua fala informando a diretoria do sindicato que de bate pronto se solidarizou com a categoria e sinalizou que poderá solicitar a abertura da CECASP (Comissão Consultiva para assuntos da segurança privada) e esta disposição para trazer benefícios a categoria do Sindforte-RN, a conversa foi muito produtiva e todos em comum acordo concordaram em fortalecer esta parceria para que os trabalhadores em geral possam ter mais respeito e dignidade em seu ambiente de trabalho.

Sindforte-RN, separados somos fracos mais unidos somos IMBATÍVEIS



Sindsecur notifica IPERN e IPEM sobre atraso de salário dos vigilantes da RN Segurança



Reprodução Calendário da retomada da aprovação de vida do INSS

Diante Nesta terça-feira, 21 de junho a coordenadora geral do Sindsecur, Dalcilene Cabral e o diretor jurídico Márcio Lucena notificaram o Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais (IPERN) e o Instituto de

NITEROI/RJ

Pesos e Medidas do RN (IPEM) sobre o atraso do salário dos vigilantes da RN Segurança.

Na ocasião, a diretoria do nosso sindicato cobrou dos gestores as devidas providências com o objetivo de fazer a empresa cumprir seus compromissos com os trabalhadores.

A nossa entidade sindical está atenta e sempre na luta para preservar os direitos dos vigilantes patrimoniais do RN. Junte-se à nós e ajude a fortalecer a batalha diária por respeito e valorização profissional.

FONTE: sindsecur

TJ-SP vê quebra de contrato e isenta shopping de responsabilidade por assalto

Por constatar que não houve falha na segurança, e que o locatário ainda haia descumprido a obrigação de contratar um seguro, um shopping de Itu, no interior de São Paulo, foi isentado de responsabilidade pelo assalto sofrido por uma corretora de valores em suas dependências.



Corretora de valores situada em shopping em ITU (SP) descumpriu obrigação de contratar seguro

A decisão é da 33ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e foi publicada na última segunda-feira (13/6).

De acordo com informações do processo, o estabelecimento comercial foi invadido no dia 4 de outubro de 2020, durante o horário de

funcionamento do shopping. Como a corretora estava fechada, os criminosos destruíram a parede lateral e arrombaram o cofre do local, levando consigo valores em moedas estrangeiras.

Por entender que houve “falha grave” da equipe de segurança patrimonial do shopping, o Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Itu condenou o centro comercial a pagar indenização por danos materiais à corretora, mas o shopping recorreu.

Ao analisar o caso no TJ-SP, o relator, desembargador Mario A. Silveira, afirmou que a questão deve ser analisada em conjunto com o contrato firmado pelas partes e as responsabilidades inerentes aos contratantes.

Segundo o magistrado, tudo leva a crer que o crime foi cometido por uma quadrilha especializada, que utilizou técnicas de rompimento de obstáculos sem ruídos e entrou no shopping “com roupas parecidas com os frequentadores do local”, de forma a não chamar a atenção da segurança.

“É certo que o shopping visa propiciar facilidade e segurança”, ponderou Silveira. “Porém, não há como imputar à segurança do shopping a responsabilidade pelo furto qualificado, ainda que sob o argumento de culpa in vigilando, quando não se verifica falha na prestação de serviços, como no presente caso, especialmente no ambiente interno da loja da empresa autora, de responsabilidade da locatária”, concluiu.

De acordo com o magistrado, o regimento interno do shopping afirma que o dever de

vigilância recai sobre as áreas comuns do empreendimento, não sobre o interior das lojas, que são consideradas “privativas e de responsabilidade do lojista”. Não havia segurança interna na loja da autora da ação.

Silveira acrescentou ainda que era obrigação da locatária a contratação de seguro do conteúdo da loja ou espaço de uso comercial, abrangendo instalações, móveis, estoques de mercadorias e equipamentos, conforme expresso tanto no contrato de locação, como no regimento interno do shopping.

No entanto, segundo o desembargador, a corretora contratou “um valor bem inferior aos alegados prejuízos, em flagrante infração contratual e nítida tentativa de transferir a responsabilidade, beneficiando-se de sua própria desídia”.

“Diante do exposto, constata-se que a apelada tinha pleno conhecimento das regras constantes do contrato de locação e regimento interno do shopping, não havendo espaço para transferir a culpa pela ocorrência do delito à empresa ré, especialmente diante da não contratação do seguro ou contratação em valor bem inferior a natureza por ela exercida e aos prejuízos reclamados”, concluiu Silveira, ao anular a sentença de indenização imposta ao shopping.

O caso foi patrocinado pelo escritório Iziq Chebabi Advogados Associados (SP).

Decisão Processo 1008850-46.2020.8.26.0286

FONTE: Revista Consultor Jurídico - Camila Mazzotto

A pesquisa era sobre fraude financeira, mas trabalhadores denunciaram assédios

Ao invés de denunciar mais fraudes, trabalhadores denunciaram 4 vezes mais assédio moral, sexual, agressão e discriminação em pesquisa feita por plataforma de soluções digitais, gestão de riscos e compliance



Pesquisa da Aliant, plataforma de soluções digitais da consultoria de gestão de riscos e compliance ICTS Protiviti, revela que trabalhadores têm quatro vezes mais situações de assédio moral e sexual, agressão e discriminação para denunciar do que fraudes financeiras.

O resultado surpreendeu por que a pesquisa detectou um aumento de 18% nesse tipo de queixa em 2021 em relação a 2020, que por sua vez, registrou um aumento de 6% em relação a 2019. Ou seja, em apenas um ano as denúncias triplicaram.

A pesquisa dividida em tópicos, mostrou que em “relacionamento interpessoal”, categoria que inclui falhas de comportamento e práticas abusivas, correspondem por 52,6% das denúncias. Já os desvios de comportamento (não agir de acordo com as normas ou tudo que vai contra o código de conduta da companhia) marcaram 21,6%, enquanto os atos abusivos (assédio moral, sexual, agressão e

discriminação), chegaram a 31%. As delações sobre fraudes somam apenas 6,9%.

Ao todo foram 125.412 registros feitos nos canais de denúncias de 563 empresas de diferentes portes e segmentos, em todos os estados. O setor de serviços foi o que mais registrou esses tipos de denúncias com 44,2%; seguido pela indústria com 22,3%. Por outro lado, o varejo com 6,4% de delações foi o setor que com maior volume de indícios por amostra de mil funcionários (19,4%).

Fernando Fleider, o CEO da Aliant, uma plataforma de soluções digitais da consultoria de gestão de riscos e compliance ICTS Protiviti, autora do estudo, em entrevista ao jornal Valor Econômico disse que o resultado mostra que as organizações devem ter um maior cuidado com as equipes, afetando inclusive a saúde dos trabalhadores.

Ele ainda alertou que danos à imagem das empresas acarretam perdas financeiras.

“Historicamente, as corporações buscam indicadores financeiros para analisar as denúncias, em especial nos casos de fraude, diz. “Mas o fator financeiro pode estar ligado também aos assédios, por conta das condenações judiciais trabalhistas”.

Por outro lado, as empresas, ainda de acordo com a pesquisa, têm aumentado as medidas disciplinares como “orientação e transferência de funcionários de setores”.

FONTE: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha

Povo vai às ruas nos dias 24, 25 e 26 protestar contra os preços altos em todo país

Atividades nas ruas e nas redes mostrarão repúdio do povo à política econômica de Bolsonaro que assiste os preços dos combustíveis subirem – preço médio do diesel aumentou 110% em 3 anos e meio - e nada faz



Com o mote “tá tudo muito caro, o povo é que sente!”, nos dias 24, 25 e 26 de junho a população brasileira vai às ruas denunciar o estrago que a política econômica e social adotada pelo governo de Jair Bolsonaro (PL) está fazendo em suas vidas.

Serão três dias do Mutirão de Mobilização, organizado pelo Movimento Juntos Pelo Brasil por meio de seus Comitês Populares em Defesa da Classe Trabalhadora e pela Democracia.

As ações serão feitas tanto em comércio – supermercados, feiras, quitandas, padarias e outros locais onde os brasileiros ‘sentem o peso dos preços’ – quanto nas redes sociais para dar ainda mais visibilidade a insustentável realidade de carestia e fome pela qual passa o Brasil com Bolsonaro.

A cada ida ao supermercado, o brasileiro constata ainda mais uma realidade que já se tornou insustentável. Preços cada vez mais altos. Poder compra cada vez menor. A situação é crítica para milhões de famílias que já não conseguem mais comprar nem o básico para poder sobreviver durante o mês.

O presidente parece ignorar o caos que seu governo criou, se concentra em atacar direitos sociais e trabalhistas, nem pensa em rever ou acabar com a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) da Petrobras, a verdadeira responsável pelos preços altos dos combustíveis, que impactam fortemente nos índices de inflação.

Um estudo feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) mostra a variação dos preços de produtos que o brasileiro mais consome em uma comparação entre janeiro de 2019, primeiro mês de mandato do atual presidente, com os dias atuais.

Nos combustíveis, a variação do diesel, por exemplo, chega a 100,20%. Veja a tabela comparativa:

Combustíveis - preço médio ao consumidor no Brasil, Janeiro de 2019 e Junho de 2022			
Tipo	Janeiro de 2019 (R\$)	Junho 2022 (R\$)	Variação (%)
GLP	69,26	112,6	62,58
GNV	3,084	5,266	70,75
GASOLINA COMUM	4,268	7,234	69,49
OLEO DIESEL	3,437	6,881	100,20
ETANOL HIDRATADO	2,812	5,015	78,34

A cesta básica, por consequência, também aumentou. Em janeiro de 2019, a média nacional do preço da cesta básica era de R\$ 467,65. Em maio de 2022, último mês medido pelo Dieese, a média foi de R\$ 777,93, uma alta de 66,35%. Somente a carne aumentou 88,35%. O Leite, 49%. O feijão 63,71%. As maiores altas foram da batata (115,5%) e óleo (198,8%).

Para o povo, o principal responsável pelo aumento de preços, que impactam diretamente nas famílias, tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro. E tem especialistas que analisam os fatos e chegam a mesma conclusão.

“O Brasil tinha ferramentas que poderiam interferir nessa alta de preços, mas ao invés de usá-las, preferiu aumentar os juros para baixar a atividade econômica em um momento de já baixa atividade”, afirma a técnica da subseção do Dieese da CUT Nacional, Adriana Marcolino.

Duas das ferramentas, ela diz, são a política de preços da Petrobras, o PPI, que se baseia na variação internacional do barril do petróleo e na cotação do dólar para definir os preços no país de importação, implantada pelo governo Temer em 2018), e os estoques reguladores de alimentos mantidos pelo governo que na atual gestão foram esvaziados não possibilitando uma ação do Estado para controlar preços em tempos de crise.

“O Brasil reduziu a capacidade de suas refinarias. Com isso nos tornamos mais dependentes da importação do petróleo refinado”, explica Adriana.

Na outra ponta, o país também adotou uma política de não incentivar a Agricultura Familiar, dificultando o acesso desses agricultores a crédito e tecnologia necessária para a produção. O setor é responsável por cerca de 70% do que vai à mesa do brasileiro. Com menos crédito e menor capacidade, falta produção e os preços ficam mais caros ao consumidor.

“Bolsonaro extinguiu o Consea [Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional] que poderia pensar em medidas de acesso a alimentos mais baratos e privatizou armazéns que mantinham os estoques reguladores”, diz Adriana.

O controle de mercado com esses estoques se dão pela intervenção do Estado que em épocas de alta produção compra os alimentos como grãos (arroz, milho, soja, feijão, por exemplo) a preço competitivo e vende quando há escassez desses produtos, assim, mantendo um patamar de preços no mercado. Sem estoques, a demanda é que estabelece esses preços, ou seja, encarece o custo final aos brasileiros.

Os aumentos dos preços são resultados da política econômica. Temos um cenário complicado por fatores como seca, guerra e pandemia que contribuem para que haja inflação e problemas de abastecimento, mas a diferença entre o Brasil e todos os outros países onde houve aumento da inflação é o tamanho do índice e a letargia do governo brasileiro em adotar políticas para aliviar o processo inflacionário- Adriana Marcolino

Ou seja, a culpa pela disparada dos preços é de Bolsonaro é isso que o povo vai dizer nas ruas para quem ainda não sabe.

INPC acumulado e endividamento

Ainda mostrando a escalada de reajustes, de acordo com os dados do Dieese, o setor de transportes acumulou alta em 12 meses (de junho de 2021 a maio de 2022) de 18,08%. A

alimentação subiu 13,44%. Nessa toada o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a inflação oficial do país, em junho, deverá fechar em 11,40%.

Outra consequência da inflação é o aumento do endividamento das famílias que perto do fim do mês acabam não conseguindo fazer as contas caberem no orçamento. Incluindo dívidas relacionadas à habitação (prestação da casa própria ou aluguel), hoje, 52,57% dos brasileiros não estão conseguindo pagar todas as contas. Em dezembro de 2020, o índice era de 43,87%

“Estamos vivendo um aumento do endividamento das famílias, inclusive para compra de itens básicos, em um contexto de aumento dos juros”, diz Adriana Marcolino. Na semana passada, o Banco Central elevou a taxa de juros básica (Selic) mais uma vez, passando de 12,75% ao ano para 13,25% ao ano.

Aumento da fome e da pobreza

A técnica do Dieese explica ainda que como os preços estão relacionados ao consumo básico das famílias, ou seja a alimentação e o transporte, a inflação acaba impactando na renda dos mais pobres.

“Não tem como abrir mão disso [alimentação e transporte] sem passar por necessidade profunda. A fome está relacionada a isso. As pessoas ou compram menos ou não compram porque não têm dinheiro e então, passam fome”, diz Adriana explicando que são os alimentos os produtos que mais pesam orçamento - cerca de 60% do salário mínimo, conforme estudo do Dieese.

Em um cenário de desemprego, baixa renda e preços de alimentos nas alturas, a realidade não poderia ser outra a não ser o aumento da fome no país. Só entre dezembro de 2020 e abril de 2022, aumentou de 19 milhões para 33,1 milhões o total de pessoas com fome no Brasil, segundo dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan).

Para sair do buraco

Adriana Marcolino avalia que o desafio de fazer o Brasil retomar o rumo do desenvolvimento não é fácil porque o Estado foi severamente desmontado em suas políticas econômicas e sociais principais após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff.

Mas ela destaca que, apesar de o desmonte ter diminuído a capacidade de reação do país, há medidas que são necessárias para a reconstrução do Brasil. São elas:

- Proteger desempregados não só com o seguro-desemprego, mas com programas de transferência de renda, como bolsa-família, vale gás, transporte social, isenção de tarifas em serviços públicos;
- Programas de garantia de segurança alimentar à população mais vulnerável;
- Revisão de preços de serviços e produtos essenciais como alimentos, energia, medicamentos e combustíveis;
- Suspensão da PPI da Petrobras;
- Fortalecimento da agricultura familiar e estoques reguladores;
- Fazer programa de renegociação de dívidas.

Para abrir os olhos do presidente sobre a sua responsabilidade e o que precisa ser feito para mudar o quadro, o povo estará nas ruas nos dias 24, 24 e 25.

De acordo com os organizadores, “vale manifestação, panfletagem, diálogo com a população e até visitas de porta em porta e em ‘estas juninas’”.

O objetivo da mobilização é estimular todos que querem fazer algo para reconstruir o Brasil a se engajarem de alguma forma, com atividades em todas as cidades, como visitas de casa em casa, distribuição de materiais educativos, ações de solidariedade e também caminhadas, bicicletadas, panfletagens, eventos culturais, entre outras ações.

FONTE: Andre Accarini | Editado por: Marize Muniz

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF